

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Um intelectual na política

Memórias



Há tempos meu editor, Luiz Schwarcz, sugeriu que eu escrevesse um livro (o último, espero) sobre minhas memórias intelectuais. Pedi emprestado a um amigo querido, Celso Lafer, os livros memorialísticos de Norberto Bobbio. Um se chama, em português, *O tempo da memória*, e contém, entre outros, o ensaio famoso “De senectute”; o outro, *Diário de um século: autobiografia*, já traz no título seu conteúdo. Bobbio sabia quando e em quais circunstâncias escrevera seus artigos, livros e apontamentos. Além do mais, sabia pensar.

Por certo, em qualquer caso, escrever sobre um período da própria vida revela um gosto especial por si mesmo, do qual não me excluo. Mas eu, que já escrevi tantos livros, só concordei com meu editor porque nunca havia escrito à la Nabuco, a quem tanto admiro, sobre minha formação intelectual. Pretendia, ao fazê-lo, mencionar só de passagem minha família e minhas memórias políticas. O que de mais significativo para o leitor estas últimas possam ter, já publiquei em quatro volumes de *Diários* (quase 5 mil páginas), que se referem ao período em que exerci a Presidência. Publiquei-os sobretudo como documentos eventualmente úteis para quem viesse a estudar o período.

Mantive tal diário de janeiro de 1995 a final de dezembro de 2002. Daí para a frente não tive nem o tempo nem o cuidado necessários para anotar o dia a dia. (Não que me sobrasse tempo na Presidência...)

Apesar de haver dedicado alguns decênios à vida política, sempre me preocupei com a universidade e com a vida intelectual. Mesmo no exercício de atividades políticas, tentava, o quanto possível, acompanhar o que acontecia nas universidades, em especial na área das ciências humanas. Ainda na graduação, já havia trocado minha paixão juvenil pela literatura, sem contudo deixá-la de vez, por novos amores, estes mais circunspectos, abraçando a vida e a produção universitárias.

Comecei a carreira universitária na USP como professor assistente de história econômica na cátedra da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, então sob o rígido comando de Alice Canabrava. Cursava ciências sociais quando, em 1951, meu professor, amigo e protetor Florestan Fernandes me indicou a Mário Wagner Vieira da Cunha, professor de ciência da administração e diretor do Departamento de Administração daquela faculdade.

Naquele departamento fui trabalhar sob as ordens da socióloga Lucila Herrmann, que me fez rever os arquivos da “Lei dos Dois Terços”, que obrigava as empresas a ter em seus quadros essa proporção de brasileiros. Estávamos ainda sob a influência de preocupações com a “política nacionalista”, de Getúlio Vargas, e como houve forte imigração para o Brasil, sobretudo de italianos e espanhóis, tornava-se premente dar emprego aos que aqui nasceram. Os arquivos ficavam no edifício do atual Palácio das Indústrias, no parque D. Pedro II, em São Paulo. Daí para me tornar docente foi um pulo: o mesmo Mário Wagner me indicou, em 1952, para uma vaga de assistente que se abria na cátedra de história econômica, regida por Alice Canabrava. O então reitor, Ernesto Leme, assinou uma portaria me autorizando a dar aulas, mesmo sem ter concluído a graduação.

Alice Canabrava, que iria escrever um livro sobre o abastecimento da cidade, me enviou ao Arquivo Histórico — então localizado no prédio que mais tarde abrigaria o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), de horripilante memória, e onde hoje funciona a Estação Pinacoteca, ao lado da Sala São Paulo —, para ler as Atas da Câmara Municipal de São Paulo dos séculos XVII e XVIII. Fui obrigado a fazer um curso para entender a escrita daqueles séculos e... ganhei amor pelos documentos.

Carreguei tal paixão vida afora. Muitos anos depois, como presidente, achei que cabia registrar o que me ocorria no exercício do poder. A isso, como conto na introdução do primeiro volume dos *Diários*, fui levado por Celina Vargas do Amaral Peixoto, que me disse que eu deveria fazer o que seu avô, Getúlio Vargas, fizera. Registrei meu cotidiano presidencial mais como quem ama documentos do que como sociólogo que ama interpretações...

Aliás, já abrindo um parêntese, que vai por conta da velhice que gosta de rememorar “causos”: hoje percebo o quanto a fase de formação pesa no espírito das pessoas. Nunca fui historiador, propriamente, e menos ainda militar. Mas a disciplina requerida por um e outro entranha meu modo de ser. Filho e neto de generais (e os tenho aos montes na família), aprendi a levantar cedo, fazer exercícios, manter certa disciplina, beber pouco. Enfim, levar uma vida regrada. Não que consiga sempre... Fico me cobrando se não sigo o que acho que “deve ser”. Quando transijo, é como se tivesse pecado. E outra vez me vem à lembrança que fui muito católico... “Quem diria?”, perguntarão os adversários e os céticos. Mas é verdade.

Tudo isso conforma uma mentalidade rigorosa, por mais que tenha namorado ideias não conservadoras e mesmo revolucionárias. “Cada um é vários, é muitos”, dizia Fernando Pessoa. O ser humano é um feixe de contradições. Ou eu, pelo menos, sou um tanto assim.

Voltando ao início, quando concordei em escrever sobre minha formação intelectual. Logo pensei: não quero que seja um volume grande, cheio de citações e baseado em documentos. Sempre gostei de literatura. No momento, na cabeceira de minha cama há um livro extraordinário que releio sempre que posso, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis. Queria, sem ter talento para escrever como os romancistas, pelo menos ganhar liberdade de estilo para misturar imaginação e fatos. Gostaria de escrever mais à moda dos literatos do que dos “ólogos”, politólogos ou sociólogos. Ainda recentemente escrevi uma nota introdutória aos *Maias*, de Eça de Queirós. Não fosse haver apelado para ideias de meu ex-aluno e amigo Roberto Schwarz, estaria perdido. De verdade, falta-me a imaginação literária.

Sei também que o cachimbo faz a boca torta. Dito isso, à moda de desculpas, vamos ao que aprendi a fazer, ao bê-a-bá de quem teve a formação que tive e sofreu as influências que sofri. Tentarei, contudo, ser o menos maçante possível. Não seguirei propriamente um fio histórico. Escreverei sobre alguns fragmentos de minha já longa vida. No ano de publicação deste livro, se os fados permitirem (escrevo em plena pandemia do coronavírus), completarei noventa anos.

1. Infância e mocidade

Nasci no Rio de Janeiro, em 1931. Naquele momento, meu pai, Leônidas Fernandes Cardoso, e minha mãe, Nayde Silva Cardoso, moravam com minha avó paterna e vários tios, na rua Dezenove de Fevereiro, em Botafogo. Na verdade, minha mãe me deu à luz na Pró-Matre, uma maternidade que ficava no bairro da Gamboa. Em épocas eleitorais, quando os adversários queriam me caracterizar como elitista, eu tentava dizer que nascera em um bairro popular do Rio. Como ninguém em São Paulo, onde fui candidato pela primeira vez em 1978, sabia coisa alguma do Rio, eu falava às moscas. Fato é que da rua Dezenove de Fevereiro não tenho lembranças.

Já da outra rua em que moramos logo depois, rua Bambina, também em Botafogo, tenho tantas que não sei se são memórias ou histórias contadas por minha família e que assimilei como se as tivesse vivido. Da casa me recordo bem, mesmo porque diante de mim, enquanto escrevo no computador, tenho uma foto que me foi dada por Arnon de Mello Neto, tirada por sua mulher, Joana. Na foto a casa aparece como era até havia pouco, encimada por uma árvore que se espalhara pelo telhado e por raízes que, como águas em uma cachoeira, se derramavam sobre o frontispício.

Para chegar ao andar em que vivíamos era preciso subir uma escada externa, que dava para a sala de entrada. Não que a casa fosse de dois andares: é que havia um porão alto, onde eu imaginava ter havido

senzalas. No quintal, enorme, minha avó criava galinhas brancas, Leghorn, e vermelhas, Rhode Island. De tempos em tempos eram mortas por degola para que as comêssemos. Com o sangue se fazia um caldo grosso, o molho à cabidela.

Nessa minha primeira infância havia discussões infundáveis ao redor da mesa de jantar. Em 1932, meu pai passara a trabalhar temporariamente no gabinete de seu tio, Augusto Ignácio do Espírito Santo Cardoso, então ministro da Guerra de Getúlio Vargas. Meu avô, Joaquim Ignácio, irmão de Augusto, morrera em 1924; tinha honras de marechal e apoiara os tenentes de 1922. Meu pai, seu irmão mais velho e vários primos foram revolucionários. Alguns dos rebeldes foram presos, inclusive meu pai, seu irmão e alguns primos — como, aliás, também meu avô, que esteve preso em um navio, na companhia do ex-presidente e também prisioneiro marechal Hermes da Fonseca.

Nessas altercações, de um lado estavam meu pai e um primo que morreu general, Aquiles de Menezes — ambos haviam apoiado os revolucionários paulistas de 1932. Meu pai, mais por detestar o general Góis Monteiro, que fora do gabinete de seu tio, do que por convicções. De todo modo, essas discussões tão calorosas, de cujo teor eu não tomava sequer conhecimento, levaram a uma grande cisão na família.

Outro fato que me marcou, e hoje me faz lembrar o episódio de Joaquim Nabuco chorando a morte da madrinha, foi “a partida”. Minha mãe convencera meu pai a mudar-se para outra casa, na rua Buarque de Macedo, no Flamengo. Não tenho memória dessa casa. Entendo a reação de minha mãe: ela tentava garantir sua individualidade, diante de uma família que provavelmente lhe aparecia opressiva. Minha avó era figura dominante. Pois bem, até hoje me recordo do choro e de meus brados ao entrar em um carro que me conduziria à nova morada. Eu não queria deixar minha avó e

tios. Isso deve ter ocorrido em 1934, 35, quando eu tinha apenas três ou quatro anos.

Nas famílias antigas, com muita tradição e pouca renda, era comum os descendentes viverem junto com o casal mais velho ou a figura dominante. Daí que meus pais morassem com minha avó, três irmãs e outros tantos irmãos, àquela altura ainda solteiros. Isso dos dezesseis filhos que minha avó teve...

A POLÍTICA VEM DO BERÇO

Saltamos para 1938. Eu estava com minha irmã e meus pais gozando o ócio na praia de Icaraí, em Niterói, para onde se viajava nas velhas barcas da Cantareira. Muito cedo, em certa manhã de novembro daquele ano, toca o telefone. Meu pai atende, volta ao quarto e se farda (algo pouco usual, mormente nas ocasiões de descanso). Eu soube depois: fora chamado às pressas, os integralistas haviam cercado o Palácio Guanabara, residência do presidente. Lá estava o Dutra, que à época ainda era general, junto à tropa governista, nas grades do parque. Na refrega, Dutra foi ferido em uma orelha pelos revoltosos.

Ainda no final de 1937 Getúlio Vargas mandara proceder à queima das bandeiras estaduais, na praça do Russel, ao lado do Hotel Glória. Era o sentimento nacional que se opunha àquele que, embora não fosse, era percebido como o sentimento autonomista de alguns estados da Federação. Vivíamos no Estado Novo autoritário, implantado em 1937 e que duraria até 1945.

Dessa primeira infância, tenho também a imagem, de modo mais enfumaçado, de Roosevelt com Getúlio num carro aberto quando da visita do presidente americano em 1936 para consolidar as relações

entre os dois países. Recordo ou imagino? Não estou certo. O que sim, é certo, é que mais tarde Roosevelt esteve em Natal, em janeiro de 1943, e firmou acordos com o governo brasileiro que possibilitaram aos americanos fazer uma base militar na capital do Rio Grande do Norte, além de pavimentar o aeroporto de Belém. Com isso, prepararam a “ponte aérea” entre as Américas e a África, utilizada durante a guerra.

Conto esses episódios para dizer que a política, para mim, vem, por assim dizer, do berço. Se retroceder mais, foi grande o número de parentes que ocuparam cargos públicos. Meu bisavô paterno, Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso, nascido em Goiás Velho, em 1835, e falecido em 1905, descendia de portugueses da região de Bragança e do Viseu, vindos para o Brasil no século XVIII. Além de haver sido senador provincial, ele fora presidente da província de Goiás no final da monarquia e tinha o título de brigadeiro.

Meu tataravô, José Manoel Pereira Cardoso, nascido em 1802 em Goiás Velho e falecido em 1869, era casado com Rita Porfírio da Silva Oliveira, de família mineira, de Ouro Preto, cujo avô, meu pentavô, o capitão-general José Manuel da Silva e Oliveira, nascera em Ouro Preto em 1771 e fora assassinado em 1814, em Traíras (GO), não podendo assim assumir o governo da província do Grão-Pará para o qual fora nomeado. E por aí, recuando no tempo, vão se somando gerações em que muitos de meus ascendentes tiveram alguma participação nos negócios públicos.

OS MILITARES

Por que tantos antepassados pertenceram ao Exército? Primeiro porque este era um dos caminhos para os que, *venidos a menos*, como

se diz em espanhol, queriam manter as pretensas glórias e haveres de tempos passados. No caso de meu avô e seu irmão, depois de internos em um seminário em Paracatu, em Minas (diziam que meu avô sabia latim), foram ambos para o Rio “sentar praça” — estudaram na Escola Militar, que ficava na Praia Vermelha. Desde a colônia, os nascidos em família de destaque já nasciam cadetes. Assim é que esses meus antepassados entraram na carreira militar diretamente nessa patente.

No Rio conheceram duas irmãs, filhas de um português, Manuel Pinto Fernandes, vindo de Vila Nova de Gaia, ao lado da cidade do Porto. Ele era o que hoje se chama empreiteiro de obras. Servia à família imperial e também se incumbiu do calçamento das ruas do Rio de Janeiro. Enricou, como se dizia. Morava num sobrado em São Cristóvão e tinha diversas propriedades no Rio, como outras tantas (uma quinta e prédios) que deixara na Vila Nova de Gaia, em Portugal. Casou-se com uma senhora do Rio, mas não tenho registro de minha bisavó paterna, sei apenas por ouvir dizer que ela provavelmente seria de origem modesta e talvez mulata. Pois bem, os dois irmãos, meu avô e meu tio-avô, casaram-se com duas irmãs, filhas do “coronel” Manuel Pinto Fernandes.

O velho português (de quem tenho uma foto, fardado de coronel da Guarda Nacional, honraria arranjada por seus genros), desde que enviuvou, não mais se casou, restando-lhe três filhas e um varão: Linda (minha avó); Sinhâninha, ou sinhá Aninha, casada com Augusto; e tia Iaiá, apelido que se dava às Marias. As três se casaram com jovens oficiais: meu avô e seu irmão, e um terceiro, também militar, acabou casando com tia Iaiá, mãe do acima referido Aquiles de Menezes. Todos oficiais do Exército. E mais: o único filho homem desse meu bisavô, João Pinto Fernandes, também optou pelo Exército e morreu general.

Os genros e filhas, dada a função militar dos cabeças de casal, espalharam-se pelo Brasil, em geral no Sul, pois era lá que se concentrava o Exército, temerosos que éramos de uma invasão. Os paraguaios já haviam feito uma, de repente poderia vir outra da Argentina... Por isso, naquela época e até os anos 1950 do século passado, não havia estradas pavimentadas até as fronteiras e muito menos pontes. Meu pai nasceu no Paraná, em 1889 (faleceu em 1965), e para lá voltou mais tarde, pois meu avô serviu outra vez naquele estado. Tenho outros tios e primos paranaenses, outros nascidos em Mato Grosso e até em São Paulo, fora os que eram cariocas.

Meu bisavô ficou sozinho no Rio de Janeiro e, com o tempo, foi acometido de demência senil. Vendeu ou deu quase tudo que possuía (as idas e vindas das filhas demoravam anos...). Sobrou apenas uma casa para cada uma das três filhas e desconheço se o filho foi contemplado. Do sobrado onde morava só sei por descrições de meu pai, que nele habitou quando criança. Meu bisavô perdeu quase tudo, tanto as propriedades portuguesas como as brasileiras. Alguns dos descendentes tentaram reaver as portuguesas, em vão. O velho tinha irmãs em Portugal, talvez coubesse a elas o patrimônio, pelo menos parte, mas tudo se evaporou na memória dos mais antigos. Muita fumaça e pouca lenha ardendo.

Já minha mãe, nascida em Manaus em 1904, se algo teve a ver com a vida política, foi pelo lado materno. Sua mãe tinha o sobrenome Rego, de origem pernambucana, mas era nascida em Viçosa, nas Alagoas. Cândida Rego de Araújo Silva era o nome de minha avó. Seu sobrinho, a quem criou, Octavio Brandão Rego, foi um dos fundadores do Partido Comunista. Fugiu do país, foi para a União Soviética em 1931, com a poetisa Laura Brandão. Morta esta, casou-se em Moscou com uma irmã de Luís Carlos Prestes.

Conheci Octavio quando, depois da redemocratização de 1945, ele se elegeu uma vez mais vereador pelo Rio de Janeiro e visitou a casa de meu pai no Rio, então deputado federal por São Paulo (entre 1955 e 1959). Já Prestes eu vi pela primeira vez, e seria das poucas, quando ele foi ao apartamento de meu pai no Rio (fora tenente como meu pai, mas se enfermara, com tifo, e por isso não participou da Revolução de 1922). Conversaram trivialidades, só comentaram, um para o outro, pequenos acontecimentos da rotina de militares: quem teria traído não sei quem na revolução tal ou qual, ou, pelo contrário, quem teria apoiado outros que permaneceram firmes com os movimentos dos tenentes...

Àquela altura — eu, casado, já morava em São Paulo — minha avó vivia em outro andar do mesmo prédio em que meu pai morava, na rua Conselheiro Lafayette, em Copacabana, onde também residiam meu tio Carlos, na cobertura, e outro tio a quem chamávamos de Císsimo (Felicíssimo), também general, e que se mudara da Tijuca para a Conselheiro Lafayette para ficar perto dos seus, embora em outro prédio. A tradição de morar junto permanecia, modificada: cada família em um andar diferente do mesmo prédio. E, quem não vivesse no mesmo prédio, que pelo menos morasse perto.

Voltando à família de minha mãe: conheci uma das filhas de Octavio Brandão da primeira vez que estive em Moscou, no final dos anos 1970, para uma reunião da Associação Internacional de Sociologia (ISA), e a vi, mais de uma vez, em viagens subsequentes. Quando fui à Rússia em 2002 como presidente, um jornal do Rio publicou uma foto em que apareço visitando escavações no Kremlin (passei uns dias lá, com Putin) ao lado de um arqueólogo russo — era um primo, perdido naquelas paragens. Ainda presidente, trouxe para o Brasil uma das primas, neta de Octavio, física, que veio com o

marido também cientista. Viveram no Rio, trabalharam na UFRJ antes de irem para a Califórnia dar sequência a suas pesquisas em universidades por lá. E perdi o contato.

Meu avô materno, Sylvestre Domingues de Araújo e Silva, tinha ascendência espanhola. Ele era protestante — escrevia salmos nos telegramas de aniversário que nos mandava do distante Amazonas —, mas era também maçom. E suas duas filhas estudaram em colégio católico, das Irmãs Doroteias. Esse avô dedicava-se ao comércio. De Alagoas foi fazer a vida em Manaus. Foi lá que meu pai, primeiro exilado (depois das revoluções tenentistas ele serviu na fortaleza de Óbidos, às margens paraenses do rio Amazonas) e, mais tarde, transferido em liberdade, conheceu minha mãe, com quem viria a se casar.

Minha avó materna, como disse, era da família Brandão Rego, de Alagoas, daí que o senador e ex-governador Teotônio Brandão Vilela, apelidado de Menestrel das Alagoas por seu papel na luta pela redemocratização, só me chamasse de primo, o que era verdade remota: sua tia Mariazinha também era tia de minha mãe.

Não conheci meus avós maternos. Da família de minha mãe, conheci apenas sua irmã, que veio morar em São Paulo nos anos 1950 com o marido, Leopoldo Loureiro, e os filhos, um dos quais tinha o mesmo nome do pai e foi meu amigo na adolescência. Estudava engenharia agrônômica em Viçosa e, antes de ter vida autônoma e da vinda dos pais para São Paulo, ficava conosco nos fins de semana. Quando fui candidato ao Senado pela primeira vez, em 1978, ele, que possuía um depósito de fábrica na Zona Leste de São Paulo, cedeu-o para que eu o utilizasse para guardar material de campanha eleitoral. Sua irmã, Aspásia, trabalhou na USP, tinha o mesmo nome da mãe, irmã de minha mãe. Era habitual no Norte e Nordeste dar nomes

gregos ou romanos aos caboclos locais. Minha mãe se chamava Nayde, uma referência às deusas do Tejo, Náiades; sua irmã chamava-se Aspásia...

NO RIO, ANTES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Retomando o fio da meada e dando um salto atrás. Lá por 1938, 39, ainda no Rio, fomos morar em um edifício em Copacabana, na rua Barata Ribeiro, onde também vivia o então poderoso ex-tenente de 1922 João Alberto Lins de Barros, que seria encarregado de coordenar a mobilização econômica para enfrentar a escassez que decorreria da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Mesmo antes disso começaram as dificuldades de importação devido à presença de submarinos alemães no Atlântico Sul. Quando eu era criança, importava-se muita coisa, até alimentos: manteiga, queijos, uvas e peras, por exemplo, vinham de Portugal, não era só o bacalhau...

A guerra se aproximava e eu a vivi com emoção. Durante a maior parte dela, já morávamos em São Paulo, para onde meu pai fora transferido nos fins de 1940. Mas ainda morando no Rio eu seguia as batalhas, com os avanços e recuos dos que se digladiavam. Na rua Barata Ribeiro, ao lado de nosso prédio, ficava a casa da embaixada da Tchecoslováquia. Razão adicional para eu, menino ainda, seguir de perto o avanço das tropas nazistas no início da guerra e a reação dos aliados.

Comecei a frequentar o Colégio Paulista (creio que ficava na rua Ministro Viveiros de Castro) para fazer o curso primário. Estudava francês em casa, desde quando morávamos na avenida Princesa Isabel, pois para lá nos havíamos mudado depois da Barata Ribeiro. Tínhamos uma professora, francesa, que tivera bócio — e, pois, um

pescoço grosso —, que se chamava Marta, e seu sobrenome era Mistinguett, o mesmo da famosa corista, símbolo dos loucos anos 1920.

No colégio, não só me atormentavam as descrições e composições que tínhamos de fazer em português a partir de enormes gravuras coloridas, em geral mostrando paisagens bucólicas com umas poucas personagens, como, principalmente, a *table des verbes*, das aulas de francês. Eu era aluno razoável, tanto assim que no final de um dos anos em que lá estudei fui selecionado para ler algo em francês diante do público (pais, mães e amigos), no salão de festas do Copacabana Palace.

E íamos à praia, minha mãe, minha irmã Gilda e eu. Meu pai raramente pisava na areia, mesmo quando morávamos bem perto do mar, na avenida Princesa Isabel ou na Barata Ribeiro. Frequentávamos a praia no limite entre o Leme e Copacabana. Nas raras ocasiões em que meu pai foi à praia conosco, ele vestiu uma camiseta de manga comprida para evitar queimaduras. Eu e Gilda, de pele alva e não morena como a minha, tínhamos um pouco de vergonha de vê-lo tão inadaptado à praia. Questão de gerações: em seu tempo de infância e adolescência não existia o hábito de ir à praia. E, quando iam, era na praia do Caju, para os lados de São Cristóvão, mais perto do Paço Imperial e do sobrado de meu bisavô, e sempre havia alguém a protegê-los com um guarda-sol.

Quando menino eu tinha horror às injeções, sobretudo aquelas de mercúrio. Desde a Barata Ribeiro, meu pai (que também estudara medicina até ao quarto ano) adorava nos preparar para o “inverno” do Rio. Eu, em especial, que era magro e ouvia que a seguir daquele jeito terminaria tísico, não escapava das agulhas que abririam para mim as portas do paraíso: as praias e o mar de Copacabana. No Colégio Paulista tínhamos aulas de educação física na areia mesmo, e às vezes

subíamos o morro, nos fundos do Leme, na Gustavo Sampaio. Só havia árvores, nenhuma favela.

No Brasil, as simpatias governamentais logo antes da Segunda Guerra Mundial (1939-45) pareciam dirigir-se ao Eixo. Certa vez, antes da declaração de guerra, mas quando a sociedade já se mobilizava para apoiar os ingleses, meus tios foram à casa do marechal Artur Oscar Andrade Guimarães — vencedor de Canudos, diziam, como se isso fosse algo a saudar —, onde imperava a matriarca, dona Cantarina. Uma irmã de meu pai, Dulce, se casara com o coronel-médico Carlos Eugênio de Andrade Guimarães, filho do marechal. Lá o casal se encontrou com dona Santinha, esposa do ministro da Guerra, Eurico Dutra. Meus tios portavam na lapela o broche que significava “Dei ouro para a Royal Air Force”, da Inglaterra. Dona Santinha, que conhecera o marido em casa de meus avós, pois Dutra fora ajudante de ordem de meu avô, disse-lhes: “Seu pai, se fosse vivo, teria vergonha de vocês”. Não creio. Ela é que, de alma, era integralista.

Pouco a pouco as inclinações políticas foram mudando. Meu pai, que fora enviado para São Paulo em 1940, voltara para o Rio em 1943 (tanto assim que fiz um ou dois anos de ginásio no colégio Mallet Soares, creio que na Tijuca) e chefiava, como coronel, uma unidade central de transportes do Exército. Por essa ocasião começou a receber em casa — morávamos em uma casa na rua General Canabarro, que desembocava no Colégio Militar — oficiais americanos de origem portuguesa, que conversavam em nossa língua. E não foi um, foram vários. Provavelmente estavam preparando os oficiais para o que viria em seguida, a adesão do Brasil aos Aliados.

À parte esse fato, dessa época recorro que passava tempos em nossa casa a filha de uma ex-escrava de meu bisavô Pinto Fernandes, chamada Alzira (que fazia as refeições na mesa da família, tal aberto,

para a época, era o espírito de meus pais), e outra moça, Aracy, aparentada de Floriano Peixoto. Meu avô servira com o marechal Floriano na Presidência, e por isso morou, bem como meu pai quando criança, no Palácio Itamaraty, que abrigava a Presidência.

Alzira e sua mãe eram agregadas da família, não apenas da família de meus pais, mas da família extensa: ora moravam com uns, ora com outros. Alzira, que eu chamava de Zizi, havia sido minha babá. De pequeno, e mesmo já grandote, eu não calçava meias nem sapatos: esticava as pernas e ela os punha. Em casa de minha avó, não me dirigia diretamente às empregadas, dizia em geral “tenho sede” ou “quero comer”. Se perdi esses maus hábitos, eu devo isso à minha mãe e, mais tarde, à minha primeira mulher, Ruth. Se hoje não guardo esses costumes senhoriais, foi pela boa educação que delas recebi.

Das discussões políticas, entre as recordações, sobrou uma mágoa na família: no final dos anos 1930 inauguraram no Rio, para os lados do antigo Senado, logo quando começa a praça Paris, um monumento em homenagem à República de 1889. Além das personagens principais e conhecidas, Deodoro à frente, há, nas laterais, placas de bronze rememorando episódios significativos do movimento republicano. Pois bem: não há referências a meu avô, que na época da proclamação era alferes (segundo-tenente), servia no 1º Regimento de Cavalaria e, segundo seus filhos e parentes, fora ativo na conspiração contra a monarquia. De fato, sua ação está registrada em livros, com a reprodução de uma carta de meu bisavô, Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso, monarquista, a seu filho, meu avô, Joaquim Ignácio, onde se lê: “Vocês fizeram uma república que não serviu para nada; aqui, como antes, continuam mandando os Caiado”...

Além disso, tenho uma gravura, originalmente publicada em livro, que mostra três oficiais no Palácio Imperial de Petrópolis entregando ao imperador a carta de banimento: um é meu avô, outro, o tenente

Sebastião Bandeira (padrinho de batismo de meu pai) e o terceiro, o capitão Adolfo Mena Barreto. Diante de “tamanha injustiça” — meu avô não constar do Monumento à República — houve um movimento no Rio e, finalmente, foi erigido um busto em sua homenagem, que primeiro esteve no jardim diante da casa onde morava o ministro da Guerra, no Maracanã, e mais tarde (creio que quando um sobrinho dele, Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, foi prefeito do Rio no segundo período de Vargas) foi transferido para a Barra da Tijuca, onde até hoje se encontra, embora eu nunca tenha ido vê-lo em seu novo endereço. Na inauguração, pelo contrário, lá estive quando menino e guardo a foto do busto ladeado por meu pai e por mim.

Nesses inícios dos anos 1940, houve grande impacto da guerra sobre nossa vida. Para quem, como eu, nasceu em 1931 e descende de militares, a guerra foi um marco que ultrapassou o entusiasmo pelas batalhas, o entusiasmo pela guerra. Houve também muito contato com a vida política.

Quando, logo depois de iniciada a guerra na Europa, meu pai foi transferido para São Paulo, primeiro nos hospedamos no Hotel Esplanada, que depois foi sede da Votorantim e hoje é a Secretaria de Agricultura de São Paulo — no prédio ao lado se situa a Fundação Fernando Henrique Cardoso. Governava São Paulo Ademar de Barros. Meu pai ficava sediado no comando da então 2ª Região Militar, perto do hotel, na rua Conselheiro Crispiniano, em prédio que foi demolido para que se erguesse a Praça das Artes. O comandante era o general Maurício Cardoso, que não era parente meu e a quem vi uma só vez. Era avô do general Alberto Cardoso, que foi ministro-chefe da Casa Militar em meu governo.

Meu pai tinha dupla função, uma militar, outra política: informar o Exército sobre o que fazia o governador de São Paulo, Ademar de Barros. Daí que logo ao chegar nos houvessem colocado em hotel caro

demais para a família, e que, mais tarde, políticos e empresários paulistas tivessem oferecido a meu pai um jantar no Automóvel Clube.

Logo nos mudamos para uma casa no bairro de Perdizes, na rua Santa Adelaide, entre a Turiaçu e a Cândido Espinheira. Conto isso por duas razões: uma, que nem sempre o prestígio político é sustentado por haveres... Meu pai, então major, mal podia suportar as finanças da família, tanto assim que, quando seu irmão Carlos veio para São Paulo (como interventor no Banco Alemão, que com a guerra sofrera intervenção federal), ele foi morar conosco, trazendo a família. No Rio, também moramos com a família de outro irmão de meu pai, Joaquim Ignácio, o Quiquim, que mais tarde foi interventor do Banco Francês e Italiano, em São Paulo.

Para confirmar o que disse sobre haver trazido a política do berço: em nossa casa nas Perdizes havia um telefone (de parede...). Pois bem, era censurado pela polícia política do governo paulista. Em compensação, meu pai recebia cópias (datilografadas, ainda) de conversas que a contrainformação do Exército obtinha. Aprendi, portanto, desde cedo, que conversar pelo telefone, quando os governos são autoritários (e mesmo nas democracias), é perigoso. Melhor falar só o que se pode dizer sem segredos ou culpas.

DESLUMBRAMENTOS E O CHOQUE DA GUERRA

Viver em São Paulo, na rua Santa Adelaide, hoje Lincoln Albuquerque, e depois na Pompeia, foi descobrir um mundo novo. Nas Perdizes, nosso vizinho era um fiscal do imposto sobre o consumo, com uma família numerosa, acho que de Minas. Do outro lado da casa havia um casal de fazendeiros, sem filhos. Minha irmã e

eu (já havia nascido um irmão, Antônio Geraldo, mas era pequeno) fomos matriculados no Ginásio Perdizes, situado na avenida Água Branca, hoje, Francisco Matarazzo. Em casa estudávamos música com a professora Gilda Gusso, cujo irmão era padre. Aprendíamos piano, instrumento então obrigatório, do qual meus pais sabiam algo. Minha irmã e, mais tarde, meu irmão aprenderam, enquanto eu sempre fui desastrado.

Tanto na escola como nas ruas onde morávamos ou que frequentávamos, a religiosidade católica era imensa. No colégio eu tinha um colega muito católico, com quem disputava as medalhas de primeiro aluno, ou o aluno mais bem-comportado (as medalhas se alternavam, ora para um, ora para outro, acho). Era Plínio de Arruda Sampaio, mais tarde deputado federal constituinte, e que, quando perseguido em 1964, foi para o Chile e ficou conosco até sua família chegar. A diretora da escola, dona Júlia de Almeida, morava na rua Monte Alegre, paralela à Santa Adelaide.

Era um sem parar de procissões e rezas, mais na casa dos vizinhos do que na escola. Às vezes levávamos em procissão uma imagem de santa até alguma casa e lá, bem como no caminho, rezávamos com afinco. Eu me aborrecia porque minha irmã, ao se deitar, antes de dormir, só rezava um terço e eu queria que ela rezasse um rosário, ou seja, três terços completos.

Meu pai era um espírito tolerante, mas não sei se crente. Minha mãe se esquecera do protestantismo paterno, era católica, à moda brasileira. Eu tanto insisti que eles, que só haviam casado no civil, acabaram por se casar na Igreja católica, no largo das Perdizes, hoje largo Padre Péricles, na paróquia de São Geraldo, onde oficiava o padre Deusdedit de Araújo. Foi nessa mesma igreja que fiz a primeira comunhão. Usava um escapulário e nos dias da Semana Santa rezava ajoelhado em uma porção de milho ou de feijão, para fazer penitência.

Já bem mais tarde, quando nos mudamos para a avenida General Olímpio da Silveira, fazia o mesmo na igreja de Santa Cecília. Só que nesse caso havia também o café da manhã depois da comunhão e um jogo de basquete.

Esta era nossa vidinha paulistana, bem distante da que eu conhecera no Rio, de praia, família e política. Uma vida de vizinhança, vigorava um espírito comunitário.

A despeito disso, ou até por causa disso, morar em São Paulo foi, para mim, um choque. Explico: nos bondes que corriam pela avenida da Água Branca havia cartazes que diziam: “São Paulo é a cidade industrial que mais cresce na América Latina”. Era verdade. Entretanto, eu nunca havia visto no Rio ruas sem pavimentação. Em São Paulo não havia calçamento na própria avenida da Água Branca, onde ficava o Ginásio Perdizes. Os trilhos dos bondes se assentavam entre a grama no meio da rua, sem pavimentação em volta. Na quadra em que morávamos, na Santa Adelaide, havia. Mas logo adiante, na outra quadra, quando a rua desembocava na avenida Água Branca, era terra o que se via.

Pela manhã vinham cabritas trazidas pelos donos, que iam de porta em porta oferecer leite. As carroças eram puxadas por burros e eu ia com frequência à serraria do Maluf, em frente ao parque da Água Branca, comprar madeiras que usávamos para abrigar as aves nos galinheiros do quintal. Nas margens do rio Tietê, distante, havia campos e peladas de futebol.

Quando nos mudamos para a Pompeia, nas cercanias do estádio do Palestra Itália, atual Palmeiras — fomos para uma casa vizinha à de amigos de meus pais recém-chegados do Rio —, lembro ouvir os toques de recolher e o ruído de sirenes, alertando-nos para treinamentos simulando bombardeios aéreos.

Anos depois, já morando na avenida General Olímpio da Silveira, eu costumava passear pelo bairro do Pacaembu — o estádio fora concluído em 1940 —, onde aqui e ali as ruas ainda eram de terra. Em Higienópolis, não, era um bairro todo calçado.

Foi em 1943 que voltamos a morar no Rio. Copacabana vivia às escuras por causa de eventuais submarinos alemães. Em São Paulo havia abrigos antiaéreos com sacos cheios de areia, que em geral ficavam em garagens dos prédios de apartamentos. Mesmo mais tarde, quando nos mudamos de novo para São Paulo, o ambiente de guerra estava presente, com racionamento e tudo. No Colégio São Paulo, onde fiz parte do curso secundário (o curso ginásial funcionava na rua Gabriel dos Santos; o colegial, na Água Branca), havia a obrigação de fazer o treinamento pré-militar, o que me ajudou a mais tarde ser dispensado do serviço militar obrigatório. Aprendíamos a rastejar e a montar e desmontar fuzis. Meu treinador era o tenente da reserva do CPOR Gustavo Sá e Silva, filho de um dos proprietários da escola e, depois, professor da FGV.

Para a minha geração, principalmente para quem tinha alguma relação com as Forças Armadas, a Segunda Guerra Mundial foi de fato marcante. No Rio, mais ainda. Quando moramos na Tijuca, antes de ir para São Paulo pela segunda vez, meu tio Felicíssimo, irmão de meu pai, vivia a poucas quadras de nós, na rua Professor Gabizo, em uma casa num terreno de uns cem metros de profundidade, embora estreito. Na casa dele havia máscaras contra gases asfixiantes, de vez em quando eu levava uma embora comigo. Ele tinha um filho segundo-tenente que estava no Sul, e temíamos que fosse convocado a ir para a Itália, com a Força Expedicionária Brasileira.

Uma filha desse tio tomou um tiro de fuzil de um guarda. Ela estava no carro do pai, que tinha placa oficial, e eles tentaram entrar, não

*image
not
available*

contar casos. Ele decidira voltar para São Paulo por volta de 1945, reformar-se, como dizem os militares, e trabalhar como advogado — graduara-se em direito na então Universidade do Brasil, futura UFRJ.

Entre os colegas daquela época, lembro especialmente de Célio Benevides de Carvalho, cujos parentes do Ceará escreviam para uma revista literária chamada *Clã*, e de Luís Ventura, de quem guardo até hoje um quadro de sua autoria, pois foi ajudante de Portinari. Ainda havia a Radha Abramo, que depois se casou com seu primo, Cláudio Abramo, e a Maiah de Almeida Pinsard, que morava numa rua situada acima de uns arcos de tijolos que hoje se veem ao vir do aeroporto de Congonhas, logo antes de entrar no túnel que desemboca na rua da Consolação.

Quando olho meu álbum de formatura, que ainda possuo, aviva-me a memória de outros colegas: Waldir Toniollo, filho de um médico e que morava em Santana; José Antônio Puoli, que se casou com outra colega, Edneia, e que me ajudou em minha primeira campanha eleitoral, pois era associado ao Rotary e lá fiz propaganda; Osmar Penteado de Sousa e Silva, que se formou em engenharia e com o qual eu ia ao Clube Tietê para... remar. Foi ele quem, cinquenta anos depois, ou mais, por indicação de seu cunhado, o arquiteto Carlos Lemos (que veio a ser meu vizinho de chácara em Ibiúna), fez a reforma do apartamento em que hoje resido.

Creio que a partir dessa época passei não só a me sentir mais paulista, como mais ligado à literatura. Não no ginásio, mas no colegial eu já lia romancistas nordestinos (José Lins do Rego, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos etc.) e alguns estrangeiros: adorava um livro de William Saroyan, *O jovem audaz no trapézio voador*; Thomas Mann e sua *Montanha mágica*; John Steinbeck e *As vinhas da ira*; e sobretudo Romain Rolland, que descrevia famílias e sua decadência, sobretudo em *Jean-Christophe*,

mostrando o ir e vir, o subir e descer na sociedade. Isso sem falar dos poetas. Havia, também, em uma estante de meu pai, um livro que desde pequeno me chamava a atenção: *A mulher de trinta anos*, de Balzac. Imaginava-o erótico... E na mesma estante havia Spencer e os evolucionistas que tanto influenciaram meu pai.

Interessava-me por discussões sobre pintura e literatura. Andávamos muito a pé e discutíamos com paixão sobre esses assuntos. Mas nem todos os colegas eram intelectualizados. Caio Celidônio, por exemplo, foi cursar agronomia em Piracicaba. Filho de médico, morava na rua Albuquerque Lins, em frente ao casarão de um banqueiro onde havia uma piscina. Lá, de raro em raro, nadávamos; e na casa deste meu colega, namorávamos as colegas de escola, em dependências que havia no quintal. Até hoje lembro o nome de uma “namorada”, uma loura mais velha do que eu e que... era noiva. Coisas de adolescente.

Também tive certo pendão para a vida associativa. Afora o já mencionado convívio com a grande política brasileira, eu me ocupava, desde o ginásio, com a pequena política: participei ativamente do grêmio estudantil e cheguei a ajudar a organizar uma (acho que fracassada) associação de estudantes secundaristas. Promovíamos reuniões no velho edifício Martinelli, nas quais sobressaía um estudante chamado Bolívar, que não sei se se perdeu pelo nome ou se teve algum sucesso em formar tal entidade.

Com o término da guerra, em 1945, ventos novos sopraram. Da varanda do edifício em que morávamos, meu pai saudou o general Olímpio Falconière, comandante de parte da Força Expedicionária e que desfilava à frente de um batalhão de pracinhas que vieram da Itália para São Paulo. Quando, mais tarde, houve um grande comício no estádio do Pacaembu com a presença de Prestes e do poeta Pablo Neruda, dois tios vieram do Rio para assistir à festa. Meu pai lhes

disse: “Os que leem sabem muito; os que veem às vezes sabem mais”... Ou seja, não aprovava os entusiasmos juvenis de seus irmãos. Não haviam chegado os tempos do nacionalismo combatente de *O Petróleo é Nosso*. O conservadorismo tradicional ainda imperava em nossa casa.

Mas a democracia já era paixão popular e a questão social começava a ter força na vida nacional. Getúlio, de líder amado pelo povo, começava a ser percebido nas classes dominantes como “agitador populista”. O sentimento antigetulista era forte em São Paulo. O jornal *O Estado de S. Paulo* havia pagado caro por suas posições liberais — meu pai chegou a dar fuga a um diretor do jornal que fora perseguido, Ibanês de Moraes Sales. O episódio se deu, creio, quando ainda morávamos na Santa Adelaide, mas vejo o dr. Ibanês em nosso apartamento da Olímpio da Silveira. Embora no fundo apoiasse Getúlio e ainda continuasse amigo de Dutra, meu pai mantinha relações com o campo oposicionista.

Quando morávamos em Perdizes, por volta de 1940, meu pai ouviu Getúlio fazer seu famoso discurso com inclinações pela Alemanha, proferido em um encouraçado da esquadra. Ele, que era muito contrário ao imperialismo inglês, não teve dúvidas: enviou um telegrama de congratulações ao “Chefe da Nação”. O nacionalismo de meu pai o fez apoiar o presidente que parecia ser contra os verdadeiros exploradores do Brasil...

Dutra sempre foi admirado em minha casa por sua correção: não roubava e não gostava de quem roubasse. Era leal aos amigos, ademais. Nas eleições em que concorreu para presidente, em 1945, ele ganhou de Eduardo Gomes. Meu pai votou nele, no PSD em aliança com o PTB, com os que haviam apoiado Getúlio e se adaptavam aos novos tempos democráticos. Fui com ele visitar a tumba de políticos

eminentes que foram tenentes ou apoiaram as revoluções de 1922 e 1924 — homenagens desse tipo, no dia 5 de julho, data das duas revoluções, era coisa habitual. Em São Paulo e no Rio, políticos iam aos cemitérios prestar suas reverências e faziam discursos. O mesmo ocorria na tumba de meu avô, no cemitério São João Batista, no Rio.

Em determinada ocasião, em São Paulo, em que acompanhei meu pai a uma dessas peregrinações, fomos a um cemitério da Zona Leste e lá encontramos Júlio de Mesquita Filho e outros líderes democráticos. Meu pai, que foi o orador, decepcionou os liberais de São Paulo, pois omitiu críticas a Dutra e elogios a Eduardo Gomes, com quem estivera preso em 1922. Não o tinha na mesma conta dos democratas paulistas. Não sei as razões.

NA USP, OS GRANDES MESTRES

No curso ginasial tive um professor de geografia que era aluno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, então conhecida como FFCL. Esse professor era entusiasta dos professores franceses de sua área, sobretudo Pierre Monbeig, que vieram para cá na formação da USP; alguns permaneceram, outros voltaram para casa, mas de vez em quando vinham a São Paulo.

Na mesma época, 1948, quando já se aproximava o momento de prestar o vestibular, fui de férias a Lindoia na companhia dos amigos de adolescência Célio e Luís. No hotel havia uma varanda na qual um senhor passava horas lendo. Curiosos, queríamos saber o que ele lia, e ele, de propósito, não nos deixava ver os livros. Até que um dia nos chamou para conversar. Tratava-se de Fidelino de Figueiredo, historiador e crítico de literatura, professor da FFCL, da qual nós não tínhamos muita ciência, salvo pelo entusiasmo de nosso professor de

geografia. Leitores e admiradores que éramos do grupo de poetas paulistas dos anos 1940, dos quais ele nada sabia por não se interessar por jovens poetas locais, ficamos levemente decepcionados. Ele, que era português, era especialista nos clássicos da literatura portuguesa.

O professor nos convidou a visitá-lo em seu gabinete num casarão na avenida São Luís, próximo da faculdade, que na ocasião ocupava o último andar da escola Caetano de Campos, na praça da República. Depois de novas conversas, ele me disse que eu talvez me vocacionasse mais para... ciências sociais. Por quê? Porque, influenciado pela literatura (os romances dos escritores baianos e nordestinos), e, talvez, pela ação política de meu pai, meu interesse maior era por questões sociais. Foi por isso que no fim do ano de 1948 também me inscrevi no vestibular da FFCL. Embora eu me imaginasse um futuro advogado.

Outra vez, os fados, que me pareciam maus, pois queria cursar direito, me levaram à sociologia: fiz concurso para as duas escolas, de direito e de filosofia, e fui reprovado em latim na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Havia duas bancas: em uma operava o temido Alexandre Correia, professor de direito romano, e na outra não me recordo quem. A má sorte me levou ao rigoroso professor, a quem, intimidado, não fui capaz de responder a algumas perguntas. Resultado: apesar de ter obtido a média para entrar na faculdade, bombei por causa do latim. Eu de fato não era bom na língua romana. (Anos depois, membro do Conselho Universitário da USP, defendi ardorosamente um filho do professor Correia que julguei coberto de razão por pedir a nulidade de um concurso para uma das cátedras da Faculdade de Direito, ganho por outro professor.)

Conformei-me e fui assistir às aulas de ciências sociais na FFCL. Diga-se que fui o segundo colocado no vestibular para o curso de

*image
not
available*

jovens alunos (eu tinha dezessete anos quando entrei na USP e fiz dezoito no primeiro ano), as aproximações metodológicas de Weber, incompreensíveis na linguagem de Florestan.

Em economia havia o professor Paul Hugon, que vinha de uma faculdade de direito creio que em Lyon, e dava aulas em português, o único dentre os muitos franceses que me ensinaram ou foram professores na FFCL. Ensinava teoria do valor, além de história da economia. Consegui entender algo porque seu assistente, professor José Camargo, que escreveu mais tarde sobre demografia, ajudava na facilitação do tema. O outro assistente, Hélio Schlitter Silva, tentava nos fazer compreender a lei da oferta e da procura, com gráficos e tudo. Foi meu professor no segundo ano, quando a faculdade já se mudara da Caetano de Campos para a rua Maria Antônia.

A grande estrela na sociologia era Fernando de Azevedo. Educador reconhecido, usava pince-nez e era famoso por suas posições na área da educação, assim como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e uns poucos mais, que propuseram a Escola Nova. A nós, Azevedo ensinava basicamente Durkheim. Com ele aprendi que o fato social é exterior, anterior e coercitivo, em comparação com a ação individual, que os psicólogos estudam. Expunha bem, com longas pausas dramáticas. Florestan e Candido, seus assistentes, usavam um guarda-pó branco por cima das roupas ao assistir às exposições do mestre.

Havia outros professores, muitos dos quais foram meus colegas mais tarde. Na antropologia, por exemplo, Egon Schaden, de quem posteriormente Ruth foi assistente, que além de antropologia cultural ministrava, com Willems, aulas sobre medição de crânios, de antropologia física. E havia, sobretudo, Gioconda Mussolini, assistente de Schaden, que conhecia muito bem a literatura americana e inglesa sobre “os povos primitivos” e escrevera sua tese sobre os

caiçaras do litoral de São Paulo. Cansei de ler sobre os nuer, de Evans-Pritchard, ou *Argonautas do Pacífico ocidental*, de Bronislaw Malinowski. Ou Radcliffe-Brown. Ou ainda Raymond Firth, sobre a Polinésia, e muitos outros, sobretudo ingleses, que se interessavam pelos nativos da África ou de onde fosse. Daí que Antonio Candido tenha se utilizado da obra de Pritchard, e de vários outros, na descrição da fome entre os caipiras paulistas como dos “mínimos de sociabilidade” indispensáveis à sua sobrevivência.

O predomínio, contudo, e a influência maior provinham do pensamento francês, de Lévi-Strauss, que nos anos 1930 e inícios dos 40 lecionara na USP, começara a escrever sobre o estruturalismo e mesclava pensamento abstrato com situações concretas. E, no plano mais geral, os alemães influenciavam-nos: Karl Mannheim era um ídolo, tanto por seus estudos sobre planejamento e democracia, quanto, e sobretudo, por seu livro sobre os estilos de pensamento, *Ideologia e utopia*. Para entender a sociologia alemã, nos guiávamos pelo livro de Raymond Aron sobre o pensamento alemão contemporâneo, e o manual de sociologia de um professor alemão, Hans Freyer.

Mas a verdade é que professor inspirador era Florestan Fernandes. Pelo exemplo de vida e a dedicação à sociologia (conhecia muita antropologia também) e aos estudantes. Foi ele quem me incentivou a continuar a faculdade e quem, mais tarde, me deu oportunidades de trabalho. Enfim, foi crucial para a minha decisão de me dedicar às ciências sociais. Tenho vivo na memória o dia em que, depois das aulas (eu estava no segundo ano), fomos até uma cafeteria ao lado do Conservatório Dramático e Musical, quase no final da avenida São João. Professor não é só quem dá aulas didaticamente corretas: é quem inspira e ensina o aluno a pensar. Foi o que Florestan fez comigo.

No curso havia também um tormento: matemática e estatística. O responsável por análise matemática era o professor Omar Catunda, casado com a pianista Eunice Catunda, mas quem dava as aulas era sua assistente, Elza Gomide. E o de estatística insistia em nos fazer entender as equações que dão sentido ao cálculo de probabilidade (nós nem sabíamos fazer simples tabelas, imagine-se desenvolver uma equação). Tivemos estatística por dois ou três anos, e matemática por um ou dois anos. Em parte, o curso era dado na rua Maria Antônia, ou então, na avenida Brigadeiro Luís Antônio, pois a seção de matemática ainda funcionava lá. Graças a esses cursos, tínhamos licença para dar aulas de matemática para o ginásio, o que nunca tentei, para sorte dos eventuais futuros alunos.

Bombei em matemática e tive que fazer novo exame depois das férias de verão. Impossível esquecer minha reprovação. O professor, não lembro quem era (na banca havia um, sisudo, membro do grupo conservador, reacionário mesmo, dirigido por Plínio Correia de Oliveira, a Tradição, Família e Propriedade, TFP), pediu-me que demonstrasse a fórmula pela qual se define a superfície do círculo. Eu não tinha a mínima ideia. Saí-me com uma quase provocação, dizendo que era muito simples: toma-se um compasso, apoia-se a ponta dele em um lugar qualquer e se desenha o círculo; sua superfície seria tudo o que estivesse dentro do círculo...

Para entender algo de matemática e estatística, contava com a ajuda de Ruth. Antes do vestibular, ela pensara seguir o curso de física, gostava desse tipo de disciplina, mais lógica e abstrata. Estudávamos juntos matemática e estatística. Nunca tive pendor para as ciências exatas. Em compensação (não sei se compensa...), gostava de história. Tive um bom professor, francês, de história medieval (creio que se chamava Philippe Wolff) e me delicieei com as conferências de